

Futebol e gênero no Brasil

Denaldo Alchorne de Souza

Resumo: O presente trabalho procura investigar a relação entre a idéia de nação verde-amarela, traduzida pelo futebol, e a dominação tradicional masculina no Brasil através das hierarquizações contidas nas relações entre gêneros.

Palavras-chave: Nação Brasileira. Gênero. Futebol.

Abstract: This work aims to investigate the relationship between the idea of Brazilian nation, translated by the football, and traditional male domination in Brazil through the hierarchies contained in the relations between genders.

Keywords: Brazilian Nation. Gender. Football.

O futebol é um campo de observação particularmente rico, principalmente no Brasil, pois exerce um papel fundamental na construção da identidade nacional. As possíveis articulações e análises sobre o tema podem contemplar diversas esferas da vida social e fornecer elementos valiosos para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Porém, quando tentamos relacionar o reconhecido potencial do futebol para os estudos sobre a identidade nacional e a questão do gênero, as certezas não são assim tão consistentes. Nas torcidas, a quantidade de mulheres é bem menor que a de homens e, por mais que tenha ampliado, as torcedoras

Denaldo Alchorne de Souza. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: denaldo@yahoo.com.br.

Texto recebido em 07/10/2009.

continuam sendo marginalizadas e constantemente agredidas se ultrapassarem limites determinados pelas torcidas organizadas. Quanto às jogadoras de futebol, a relação é de preconceito: ou são consideradas masculinizadas e “sapatões”, ou são objetos de desejos masculinos quando participam de times formadas por modelos. Já no cotidiano, a tendência é associar o futebol ao mundo masculino. Por exemplo: quando chega o fim de semana, homens se encontram para disputar um “racha”, uma “pelada”, onde a única regra pré-definida é a não-presença de “suas mulheres”. E nas narrativas futebolísticas são comuns os termos machistas e fálicos, como fazia o locutor Raul Longras ao associar a baliza com o “véu de noiva” e o ato de fazer um gol — o “pimba” — com uma espécie de desvirginização.

Desta forma, podemos considerar que a prática do futebol no Brasil, como torcedor ou como “pela-deiro”, é parte integrante do processo de socialização dos homens. Segundo Simoni Lahud Guedes, o futebol é um:

Esporte amplamente difundido no país, que retém impressionante capacidade de ser utilizado como veículo para significado os mais diversos, é praticado por homens de todas as classes e segmentos sociais, servindo a projetos e cumprindo funções muito diferentes em cada caso.

O lugar que ocupa entre os trabalhadores urbanos é muito significativo, representando, simultaneamente, lazer, exercício corporal, interação entre homens, carreira profissional. É ainda, mais do que isso, locus de produção e reprodução simbólica, onde colocam em jogo e negociam, em situações sociais diversas, os valores que orientam sua vida.¹

Então, como considerar o futebol um campo de observação privilegiado para os estudos da identidade nacional se em países como o Brasil ele pode simbolizar uma atividade cultural compartilhada por homens de diferentes classes sociais, raças e regiões; porém apreendida limitadamente a partir das mulheres? Em outras palavras, por mais que saibamos que os estudos sobre a identidade nacional ten-

¹ GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol*. Niterói: EdUFF, 1998, p. 199.

dam a ser generalizantes; como fazê-los, de forma calculada, sem a participação substancial das mulheres ou de grande parte delas?

Faço estas considerações pois, acredito, que já tenha sido alvo de tais críticas. Em congressos que apresentei a minha pesquisa de mestrado², fui questionado sobre a validade de estudar a identidade nacional através do futebol se, de saída, excluía as mulheres desse campo de observação. Procurei ser o mais calmo possível nas respostas. Disse que atualmente muitas mulheres já participam do “universo do futebol”³, seja como torcedoras, seja como jogadoras. Disse também que mesmo uma mulher que não participasse deste universo, não poderia ficar indiferente ao que ocorre no país durante uma Copa do Mundo: o comércio iria fechar, os ônibus iriam parar e as conversas seriam constantemente sobre a temática futebolística.

Confesso que estas respostas não foram convincentes e fizeram-me repensar algumas palavras de Sylvia Walby quando diz que “a literatura sobre as nações e o nacionalismo raramente aborda a questão do sexo, a despeito do interesse geral na participação diferencial dos variados grupos sociais nos projetos nacionalistas”.⁴ Neste momento, procuro fazer uma nova tentativa de resposta.

Defendo, agora, que a associação entre futebol e masculinidade é resultado de uma construção histórica de tradições nacionais que buscou hierarquizar e submeter o gênero feminino ao masculino. O que estou dizendo é que existe uma relação entre a idéia de nação verde-amarela traduzida pelo futebol e a dominação tradicional masculina no Brasil que utiliza-se das hierarquizações contidas nas relações entre gêneros para estabelecer que “tipo” de cidadania é pensado para cada sexo.

Para validar esta defesa, escolhi quatro momentos esparsos e diferenciados: o processo de normatização do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1941; a criação dos Jogos da Primavera, em 1949; a regulamentação da prática de esportes femininos em 1965; e o retorno do futebol feminino nas décadas de 1980 e 1990. É uma tentativa provisória e de caráter ensaístico. Porém, desta forma, poderemos

² Procurei abordar, na minha pesquisa de mestrado, a construção da identidade nacional através do futebol no primeiro governo Vargas (1930-1945). Ver: SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em campo! Estado, trabalhadores e imprensa na construção da identidade nacional através do futebol (1930-1947)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

³ Expressão forjada a partir do título do clássico livro: DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol: Estado e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

⁴ WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 249.

verificar a possibilidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre a identidade nacional através do futebol a partir de um viés interpretativo que privilegiava a construção e a hierarquização dos gêneros no Brasil.

Para entendermos a associação feita por brasileiros entre futebol e nação, temos que recuar até, no mínimo, as décadas de 1930 e 1940. O Estado brasileiro que se consolidou neste período não ficou indiferente diante do fenômeno esportivo. Para os novos governantes era fundamental a retomada da construção da identidade nacional, articulando a comunicação entre as elites e a massa da população.⁵ O futebol e, particularmente, a seleção brasileira seriam veículos perfeitos a dar concretude a idealização de democracia social do Estado Novo. Não como fora durante a República Velha, quando os esportes eram formados por homens brancos e de boa família. Mas com pobres e ricos, negros e brancos, representando uma única nação.

Muitos representantes do governo, como Lourival Fontes, Francisco Campos e Gustavo Capanema, já davam a devida atenção aos esportes, compreendendo o poder ideológico e educacional que possuíam. Para eles, os esportes enquanto educação cívica eram fundamentais na construção de uma solidariedade e de uma identidade entre seus praticantes, levando-os a abandonar qualquer vestígio de individualismo ou “estrangeirismo”. Já os esportes enquanto parte da educação eugênica contribuíam:

Primeiro, para a construção da riqueza da nação, onde o atleta proletário teria mais condições de suportar um dia de labuta com muito mais vigor e otimismo e longe da ética da malandragem. Em segundo, contribuíam na preparação da defesa da nação, onde o aprimoramento da força física do jovem esportista e a constância do aprendizado facilitaria a tarefa das Forças Armadas.⁶

Porém, no caso feminino, a prática tinha que ser comedida. As mulheres eram vistas como as guardiãs da família e a sua educação deveria priorizar o lar e os afazeres domésticos. Segundo Gustavo Capanema:

⁵ Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁶ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 98.

Se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educa o da mulher terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organiza o social e por isto colocada sob a prote o especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como   também por suas mãos que a família se destrói.⁷

Quanto aos esportes, as mulheres somente poderiam praticar os que fossem adequados ao seu organismo e   sua sensibilidade.

Entretanto, no final da década de 1930, alguns clubes do Rio de Janeiro organizaram times femininos de futebol que contaram com o apoio da imprensa. Imediatamente o assunto passou a ser discutido entre os membros do governo que estavam envolvidos com a regulamenta o dos esportes. Segundo um parecer de 1940 enviado   Presidência e assinado pela Subdivisão de Medicina Especializada:

O movimento que se esboçou nesta Capital, para a forma o de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio de alguns jornais cariocas deram,   desses que merecem a reprova o das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do association pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violenta incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino.⁸

O parecer argumentava que o futebol obrigava a atleta a executar marchas, corridas de velocidade ou moderadas durante um longo período, paradas bruscas, saltos, choques com os adversários ou com a bola possibilitando a ocorrência de "traumatismo que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital." Se entre os homens era constante o número de acidentes, "imagine-se, então, o que dizer do futebol feminino!"⁹

A Subdivisão se baseava num estudo feito por cientistas ingleses que determinou quais desportos

⁷ *Arquivo Gustavo Capanema, GC/Capanema, Gustavo, 02/12/1937, série pi.*

⁸ *Arquivo Gustavo Capanema, rolo 42, fot. 115, FGV/CPDOC.*

⁹ *Idem.*

eram “aprovados”, com destaques para: o tênis, o voleibol, o críquete, as corridas, etc. O hóquei foi considerado saudáveis apenas para as mulheres adultas. A natação e o ciclismo, praticado moderadamente, foram também aprovados. Já o futebol e as competições de remo foram desaconselhados. As respostas dos médicos foram favoráveis à educação física, inclusive os jogos e os desportos para moças, mas uma exceção foi feita para o futebol.

O parecer concluía com o seguinte texto:

Na conveniência, portanto, em executar uma campanha de propaganda mostrando os malefícios causados pelo futebol praticado pelas mulheres, afim de evitar lamentáveis conseqüências, enquanto se aguarda medidas tendentes a permitir a interferência dos Poderes Públicos em tais questões, medidas estas que muito bem poderiam constar na Regulamentação dos Desportos, presentemente em estudos.¹⁰

Os desportos foram regulamentados no ano seguinte, em 1941, no Decreto-lei nº 3.199, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). Nele, os apelos do parecer da Subdivisão de Medicina Especializada foram ouvidos ao normatizar que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”¹¹, como o exemplo do futebol.

Assim, os esportes se adequavam à política de contenção das mulheres proposta pelos governantes e a uma representação de nação, a partir do futebol, machista e hierarquizante.

Porém, após o Estado Novo esta forma de representar a nação se manteve. Um exemplo disso foi a criação em 1949 dos Jogos da Primavera, no Rio de Janeiro. Com a iniciativa do *Jornal dos Sports* do jornalista Mario Filho e o apoio do governo federal, os Jogos se tornaram, nas próximas décadas, uma verdadeira olimpíada feminina. Para o jornalista, a competição era uma forma de incluir as mulheres no universo esportivo que, naquele momento, era exclusivamente masculino.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Decreto-lei nº 3.199*, de 14 de abril de 1941.

A seleção das atletas era a mais diversificada possível. Podia participar qualquer pessoa que tivesse

interesse, podendo pertencer a um clube, uma escola ou não. Na primeira edição participou um grande número de clubes e escolas e mais de quinhentas atletas. Segundo o *Jornal dos Sports*:

A abertura dos “Jogos da Primavera” [...] antecipa-se um acontecimento social-desportivo à altura do ineditismo resultante da realização, pela primeira vez, entre nós, de uma Olimpíada feminina. Dessa jornada de esporte e beleza, irão participar graciosas jovens.¹²

As atletas podiam participar das provas de atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, tênis e tênis de mesa, vela ou vôlei. Novamente, diferentes atividades esportivas não eram indicadas às mulheres, pois eram consideradas pouco adequadas, de acordo com os padrões físicos da época. Algumas eram até proibidas, como é o caso do futebol. As justificativas eram de caráter médico, como a possibilidade de ocorrerem lesões nas glândulas mamárias e o fato de que o esforço constante poderia causar danos permanentes aos órgãos reprodutores das mulheres; de caráter estético, já que consideravam que os esforços físicos poderiam dar formas masculinas às mulheres; e de caráter psicológico, já que o futebol poderia desenvolver o espírito combativo e agressivo, qualidades incompatíveis com a “essência feminina”.¹³

Mas, o grande momento da competição era a escolha da Rainha dos Jogos da Primavera entre as esportistas. No julgamento estavam presentes quesitos como: os traços femininos da participante, a sua esportividade e a disciplina. Na escolha da rainha dos Jogos de 1949, o *Jornal dos Sports* noticiou que:

Aclamada pelo júri e aplaudida pelos que presenciaram o desfile de tão graciosas atletas — símbolo de uma época em que a mulher renunciou à condição de simples torcedora — a Srta. Margaret Schmidt do Icarai loureou-se Rainha dos Jogos da Primavera.¹⁴

A eleição da Rainha deixava claro que, para os organizadores, a introdução da mulher no mundo

¹² *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, de 29 de setembro de 1949.

¹³ Ver: MOURÃO, Ludmila. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação a democratização*. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

¹⁴ *Jornal dos Sports*, de 19 de novembro de 1949.

esportivo, assim como na nação brasileira, seria feita de forma cuidadosa, naturalizante e hierárquica, procurando sempre que possível associar a esportividade às características femininas consideradas naturais, como a graciosidade e a beleza. Também ficava evidente que futebol não era “coisa de mulher”. Pertencia ao universo masculino, assim como a nação que pretendia representar.

O sucesso da iniciativa do *Jornal dos Sports* foi significativo. Os Jogos da Primavera foram realizados no Rio de Janeiro até 1972. Em suas páginas, o *Jornal* mostrava imagens das mulheres praticando esportes e desfilando para a eleição de Rainha dos Jogos. Estas imagens eram exploradas sistematicamente como forma de deleite aos olhos masculinos.

Assim, apesar do crescente acesso das mulheres à prática desportiva no período, o modelo brasileiro continuou sendo marcado pelo preconceito e, no caso do futebol, pela exclusão.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as preocupações dos governantes com o desenvolvimento dos esportes femininos e com o papel da mulher na sociedade brasileira eram evidentes. Um ano após o Golpe Civil-Militar, o CND estabeleceu regras para a participação feminina nos esportes. Segundo a *Deliberação nº 7*:

nº 1 — Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

nº 2 — Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball.¹⁵

Novamente, a legislação era ratificada através da crença no mito do sexo frágil e pela necessidade de proteção à reprodutora. A *Deliberação nº 7* somente foi revogada em 1979. Até esta data estava proibida qualquer tentativa de organizar competições de futebol feminino ou de introduzir esta modalidade nas aulas de educação física para as mulheres.¹⁶

O futebol feminino teve um maior desenvolvimen-

¹⁵ Conselho Nacional dos Desportos. *Deliberação nº 7*. Apud: CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

¹⁶ A *Deliberação nº 7* foi revogada pela *Deliberação nº 10*, de 1979. O CND somente reconheceu a necessidade de estimular à participação das mulheres em modalidades desportivas como o futebol, o futebol de salão e o futebol de praia em 1986 através da *Recomendação nº 2*.

to depois de 1982, quando foi fundado no Rio de Janeiro o E. C. Radar. Este clube difundiu o esporte pelo Brasil conseguindo inclusive vitoriosas campanhas no exterior. Em 1994, a Confederação Brasileira de Futebol repassou os direitos de administrar o futebol feminino para a Sport Promotion. Com o objetivo de formar uma nova geração de atletas, esta empresa patrocinou o primeiro Campeonato Paulista de Futebol Feminino em 1997.¹⁷ Os resultados começaram a aparecer. As jogadoras brasileiras conseguiram o quarto lugar nas Olimpíadas de Atlanta em 1996 e de Sydney em 2000 e um terceiro lugar no Mundial dos Estados Unidos em 1999.

Apesar do sucesso, quando perguntavam aos homens, e até mesmo às mulheres, sobre o futebol feminino; as respostas eram freqüentes: “Futebol é para homem!”; “As jogadoras parecem homens!”; “Elas são ‘sapatões!’”. As mulheres finalmente conseguiram ocupar o espaço anteriormente reservado exclusivamente aos jogadores masculinos; porém, o preço desta ousadia foi o preconceito com que até hoje as atletas são recepcionadas pela imprensa e pelos espectadores.

Outra estratégia foi desenvolvida pela SAAD/Indaiatuba, percebendo o crescente interesse da juventude pelo futebol feminino, a empresa fez um projeto de marketing para atrair atletas com um novo perfil: elas tinham que ser jovens, atraentes, delicadas e femininas. Clubes tradicionais, como o Corinthians, o Grêmio e o Fluminense seguiram esta tendência. Numa carta distribuída à imprensa, a diretoria do Fluminense assim se posicionava em relação ao futebol feminino:

Diz o velho ditado “que é pra frente que se anda”, e é por pensar assim que o Fluminense Football Club resolveu investir fundo no tão falado “sexo frágil”. Como todos sabem, a mulher foi criada para embelezar, para dar um toque especial em tudo que toca e é por isso que o clube tricolor resolveu criar um time de futebol feminino. Mas para jogar neste time, não basta ser mulher, tem que ser inteligente, bonita, simpática, formosa, enfim, cheia de charme.¹⁸

¹⁷ Ver: DARIDO, Suraya Cristina & SOUZA JR., Osmar Moreira de. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. *Motriz*, v. 8, n.1, p. 1-9, 2002.

¹⁸ Jornal *O Dia*, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1996.

Reproduzia-se novamente a imposição de um ideal masculino para os corpos femininos. Da mesma forma, reproduzia-se um ideal masculino de nação brasileira.

Para as mulheres, restavam poucas opções: ou eram “bonecas”, “gatas” e “gostosonas” a serviço do deleite dos homens; ou eram “anormais”, “estranhas” e “sapatões” sujeitas a todo tipo de preconceito. Porém, havia algo em comum nos dois modelos propostos ao futebol feminino, a sua valoração partia do universo masculino e de seus interesses.

Nação e gênero são termos relacionais. O imaginário de gênero relacionado à nação permite simbolizar e essencializar a hierarquização dos homens e das mulheres. Pensadas como diferenças impostas pela natureza, a distinção entre o masculino e o feminino se torna uma metáfora perfeita para a naturalização da identidade nacional. Constrói-se assim uma tradição específica do corpo masculino e do feminino que perpassa o cotidiano das pessoas. Sobre um menino recai toda uma expectativa de segurança e domínio de um macho. Chuteiras são penduradas na porta do quarto. Camisas de clubes de futebol são presenteadas. As brincadeiras são realizadas nas ruas; pois, se ficar em casa, acaba atrapalhando. Já sobre as meninas, pairam toda uma expectativa de fragilidade, beleza e proteção. Jogar futebol não é conveniente. Em vez de bola, ganham bonecas e utensílios domésticos. As brincadeiras são feitas dentro de casa. Além disso, são estimuladas a agirem com delicadeza e bons modos, bem como ajudarem as mães nos serviços domésticos, a fim de se tornarem esposas bondosas e submissas.¹⁹ Mantém-se assim uma gradação já existente na sociedade brasileira, que é representada no futebol através da diferenciada e hierarquizada relação dos homens e das mulheres com o esporte.

Desta forma, o futebol, no Brasil, possibilita naturalizar uma representação de nação que se constitui, entre outras características, autoritária e machista.

Nos últimos anos, as atletas brasileiras têm ampliado as suas participações em eventos internacionais. Em 2003, elas ganharam a medalha de ouro

¹⁹ Ver: DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em ‘antas’. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995, p. 99-108; DÉVIDE, Fabiano. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos*. Ijuí: EdUnijuí, 2005; GOELLNER, Silvana. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista de Educação física*. 1. ed. Ijuí: EdUnijuí, 2003; MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 131-147.

nos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo. Um ano depois, conseguiram a medalha de prata nas Olimpíadas de Atlanta. Em 2007, as brasileiras foi bicampeãs nos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro e vice-campeãs na Copa do Mundo da China. E, no ano seguinte, ainda conquistaram a medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim, enquanto Marta era eleita pela FIFA a melhor jogadora do mundo, pela terceira vez consecutiva. O número de torcedoras também tem aumentado. Seja pela televisão ou diretamente nos estádios, muitas têm participado avidamente do “universo do futebol”, vibrando e chorando as vitórias e as derrotas de seus clubes e seleções.

Porém, apesar das mudanças, este esporte continua fazendo parte da simbologia da masculinidade. A socialização dos meninos, e não das meninas, continua sendo feita, em grande parte, a partir da prática de futebol, de suas memórias e de seus mitos. Os torcedores comuns continuam vendo o futebol feminino com preconceito e/ou como uma curiosidade a mais. Para estes, o futebol continua sendo uma prática masculina e, por isso mesmo, uma representação eficaz da nação que se pretende perpetuar.

Referências

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol: Estado e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em ‘antas’. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papirus, 1995.

DARIDO, Suraya Cristina & SOUZA JR., Osmar Moreira de. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. *Motriz*, v. 8, n.1, p. 1-9, 2002.

DEVIDE, Fabiano. *Gênero e mulheres no esporte: história*

das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: EdUnijui, 2005.

GOELLNER, Silvana. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista de Educação physica*. Ijuí: EdUnijui, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol*. Niterói: EdUff, 1998.

Journal dos Sports, de 19 de novembro de 1949.

Journal dos Sports, Rio de Janeiro, de 29 de setembro de 1949.

Journal *O Dia*, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1996.

MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar. (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MOURÃO, Ludmila. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação a democratização*. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em campo! Estado, trabalhadores e imprensa na construção da identidade nacional através do futebol (1930-1947)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.